

A FORÇA DA MULHER TRABALHADORA

O trabalho continua...

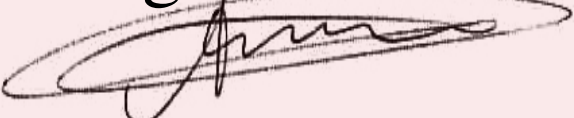
“Em primeiro lugar, quero agradecer a todos que acreditam no meu trabalho e me reconduziram à Assembleia Legislativa para o meu terceiro mandato. Foram mais de oitenta mil votos e sei que a responsabilidade é muito grande. A luta continua e temos muitas batalhas e conquistas pela frente. Esse primeiro semestre já começou movimentado. Demos continuidade ao trabalho desenvolvido na legislatura anterior e iniciamos outros desafios. Como todos sabem: a melhoria da qualidade de vida da população de São Bernardo do Campo é prioridade para mim, mas meus olhos estão voltados também para todo o Estado de São Paulo.

Estou na Assembleia Paulista representando os 41 milhões de brasileiros que vivem em nosso estado, que enfrentam dificuldades em diversas áreas. Nestes primeiros seis meses, trouxe ao legislativo discussões importantes e necessárias como: a necessidade de regulamentação da pesca no estado; a Política Nacional de Resíduos Sólidos; a importância da qualificação profissional e do trabalho decente para homens e mulheres e a luta pelo fim das mortes no campo.

Além disso, tenho bandeiras essenciais como a regularização fundiária no estado de São Paulo, discussão que já levei à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia, da qual sou membro efetivo, e debati com o Secretário do Meio Ambiente, Bruno Covas. Não queremos mais justificativas, queremos ações que garantam dignidade à essas pessoas.

O trabalho continua e quero contar com cada um de vocês nessas lutas que abracei e que não são apenas da deputada Ana do Carmo, mas de todos nós. Eu sou a voz do povo na Assembleia Legislativa de São Paulo e vou continuar no caminho que tracei, buscando sempre a melhoria das condições de vida de cada um de nós.”

Obrigada!



Deputada Ana do Carmo



Dep. Ana do Carmo

Saúde em São Bernardo do Campo

Um exemplo a ser seguido



Dep. Ana do Carmo e Pref. Luiz Marinho durante inauguração UBS Ferrazópolis

A cidade de São Bernardo do Campo está mostrando a todos que quando se trata a saúde como prioridade, os resultados aparecem e bem rápido. Uma das reivindicações da deputada Ana do Carmo foi atendida. A prefeitura entregou a nova UBS de Ferrazópolis.

Foi uma luta da deputada junto com os moradores da região, que começou quando a parlamentar era vereadora no município. Luiz Marinho assumiu a prefeitura da cidade e a reforma da UBS foi um dos primeiros pedidos de Ana do Carmo. “Hoje, todos nós estamos realizados”, comemorou a parlamentar que acompanhou de perto toda a reforma. O novo espaço vai garantir aos mais de 20 mil usuários mais conforto e atendimentos nas áreas de pediatria, clínica, ginecologia, fonoaudiologia e odontologia.

“Mas, as ações da prefeitura não param”, destaca Ana. “Assim como foi feita a reforma e ampliação da UBS Ferrazópolis, agora assistimos, com entusiasmo, a construção do Hospital de Clínicas, de Unidades de Pronto Atendimento (a do Baeta Neves já começou), de reforma e entrega de novas Unidades Básicas de

Saúde. Estamos no caminho certo”.

A prefeitura de São Bernardo também deu um exemplo ao ampliar de 21 para 61 as equipes do Programa de Saúde da Família. “O PSF bate à porta das pessoas e não espera a doença aparecer. Isso garante menos filas em postos de saúde e internações. É mais qualidade de vida”, afirma a deputada.

Ana do Carmo teve a oportunidade de falar com o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, durante o encerramento da VII Conferência Municipal de Saúde. Os principais pontos discutidos em São Bernardo foram Acesso e Acolhimento com Qualidade – um desafio para o SUS.

“Não adianta ter hospitais, Unidades de Pronto Atendimento ou Unidades Básicas de Saúde se não houver bons profissionais. Por isso, eu parablenizo a administração que também tem investido na melhoria da gestão e nos profissionais da área da saúde para garantir um atendimento mais humanizado”, afirma Ana do Carmo ao destacar que o exemplo de São Bernardo deve ser seguido por todos os municípios brasileiros.



Luís Inácio Lula da Silva – ex-Presidente

“Na trajetória de Ana, o pequeno e o grande se misturam de forma interessante. Ela é uma pessoa pequena de estatura, mas de grandes atuações. Com sua garra, determinação e persistência alcança a função de deputada estadual, eleita com uma história: que começa na liderança popular e chega a quatro vezes vereadora em São Bernardo do Campo, cidade que escolheu para representar com muito amor.”



Luiz Marinho – Prefeito de São Bernardo do Campo

“A Ana é uma guerreira que com muita garra e dedicação consegue conciliar o papel de mãe, parlamentar, amiga e militante da causa dos mais necessitados. Para nós, de São Bernardo do Campo, é motivo de muito orgulho ter como representante na Assembleia Legislativa uma deputada tão combativa como a Ana do Carmo.”



Mário Reali – Prefeito de Diadema

“Tive a honra de dividir com a companheira Ana do Carmo, as lutas e os trabalhos na bancada parlamentar do PT na Assembleia Legislativa por seis anos seguidos. Sou testemunha do seu empenho na defesa dos interesses da população do estado de São Paulo e, em especial, da região do grande ABCD.”



Nelson Cavalheiro Garavazzo – Prefeito de Serrana

“Ana do Carmo, a pequena grande mulher! Tem uma história de vida marcada pelas dificuldades, mas que não tiraram a sua garra e crença. Foi vereadora por três vezes na cidade de São Bernardo e hoje, está no terceiro mandato como deputada estadual. O povo paulista ganhou uma grande representante e a cidade de Serrana uma indispensável aliada.”

Audiência Pública Resíduos Sólidos

Vencendo o desafio do lixo



Dep. Ana do Carmo fala sobre Política Nacional de Resíduos Sólidos

A destinação do lixo, ou dos resíduos sólidos, é um dos grandes desafios no Brasil. A falta de água potável e de redes de esgoto é responsável por 80% das doenças e 65% das internações hospitalares. E tem mais: 90% dos esgotos domésticos e industriais são despejados sem nenhum tratamento em mananciais; e os lixões, muitos às margens dos rios e de lagoas, lançam toneladas de chorume em nossas águas, outro problema gravíssimo. Daí a importância das diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída no final do ano passado pelo presidente Lula.

De acordo com o decreto, as cidades terão até agosto do ano que vem para criar programas de educação ambiental,

discutir e implantar coleta seletiva e dar aproveitamento ao lixo orgânico. O plano também proíbe, a partir de 2014, os lixões a céu aberto em qualquer cidade brasileira. Já a indústria terá que trazer de volta à produção o resultado da reciclagem, e, dessa forma, o lixo que pode ser reciclado deixará de ser um problema para se tornar uma oportunidade de geração de trabalho e renda para milhares de famílias brasileiras, além de reduzir os custos de produção e gastos de recursos naturais.

A deputada Ana do Carmo promoveu na Assembleia Legislativa, em 14/06, uma audiência pública para debater o marco regulatório e os investimentos em tecnologia na área de saneamento com a participação de representantes

Na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

A deputada Ana do Carmo tratará em especial da regularização fundiária, do aumento do teor de dióxido de carbono na atmosfera e da perda acelerada da diversidade biológica nos ecossistemas em nosso estado. Ainda vai procurar fortalecer a gestão integrada e participativa dos recursos naturais. Além desses desafios, o seu mandato está aberto a sugestões e informações para o fortalecimento da cidadania ambiental no estado de São Paulo.

dos governos federal, estadual e municipal, de ONGs e de especialistas.

Para a deputada Ana do Carmo é uma discussão fundamental e a realização da audiência pública mostrou que é preciso colocar o tema em pauta em todo o país, pois o Brasil ainda está atrasado nessa área. “Essa audiência foi uma oportunidade para refletirmos sobre a necessidade de atualização das políticas ambientais e sociais no Estado”, disse ao destacar que São Bernardo do Campo será a primeira cidade brasileira a seguir a Política Nacional de Resíduos Sólidos, inovando com a criação de um sistema de coleta de lixo e uma usina de geração de energia. “Todos os municípios devem buscar esse caminho”, finalizou.

Marco legal da pesca é tema de audiência na Assembleia Legislativa

Uma audiência promovida pela Deputada Ana do Carmo, em maio deste ano, discutiu a questão do marco legal da pesca no Estado de São Paulo. A intenção foi debater propostas para serem enviadas ao Grupo de Trabalho criado pela Resolução Conjunta 1/2011, das secretarias do Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento e Segurança Pública, visando o aperfeiçoamento da legislação pesqueira.

A deputada Ana do Carmo destacou a importância da presença de diversas entidades e trabalhadores do setor pesqueiro na audiência, e a necessidade de se discutir a legislação atinente ao setor.



Dep. Ana do Carmo fala sobre regulamentação da pesca paulista

Convidados

A Superintendente federal de Pesca e Aquicultura no Estado de São Paulo, Leinard Ayer falou sobre as ações que o governo federal tem desenvolvido desde 2003, como a criação de uma secretaria especial de pesca e aquicultura e de legislações para o setor. Segundo ela, o Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura trabalha para a construção de políticas nacionais para regulamentar a pesca de subsistência, além da ornamental, científica, familiar ou artesanal.

Claudia Terdiman Schaalmann, participante do Grupo de Trabalho intersecretarias, reconheceu que há necessidade de se estabelecer uma legislação única para o setor pesqueiro, que é alvo de mais de 200 diplomas legais, entre estaduais e federais, o que causa confusão entre os profissionais e com a fiscalização.

O capitão PM João Soares Vieira, representando o coronel Milton Sussumo Niomura, comandante do Policiamento Ambiental, disse que o foco de seu trabalho é a preservação e o cumprimento da legislação.

Presidente da Federação dos Pescadores Artesanais do Estado de São Paulo, Tsuneo Okida, listou os fatos que demonstram que o setor da pesca artesanal está abandonado pelo poder público, como a inexistência de uma secretaria ou coordenação específica, e a falta de crédito e de concessão de licenciamento ambiental para a criação de peixes em cativeiros.

Também falaram Maria Judith Magalhães Gomes, superintendente federal do ministério do desenvolvimento agrário; Marco Cantuária, secretário-executivo do Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado de São Paulo; Edson Kubo, do Instituto da Pesca, e Valdir Citolino, da Associação Brasileira de Lojas de Aquarofilia.

Participaram do evento representantes de colônias de pesca, pescadores artesanais e da pesca esportiva. Com problemas em comum, reclamaram

do Decreto Lei 56.031/2010 e questionaram a pesquisa que foi feita sobre as espécies em extinção, pois o pacu foi considerado em risco, mas é encontrável no rio Turvo. No mesmo rio, que fica no Noroeste do Estado, há outros problemas. As espécies nativas estão sendo dizimadas pela introdução do bagre africano. Houve ainda muitas queixas sobre o modo como é feita a abordagem da Polícia Ambiental.

A deputada Ana do Carmo, no final da audiência, defendeu a criação, no Estado de São Paulo, de uma secretaria específica pra o setor da pesca, e sugeriu que as reivindicações sejam encaminhadas em um documento para ser analisado pelo Grupo de Trabalho intersecretarias, da qual Claudia Schaalmann faz parte. “Vamos acompanhar de perto todo esse trabalho de regulamentação do setor”, garantiu.



Dep. Ana do Carmo

Moção: Chega de impunidade. Pelo fim das mortes no campo!



A deputada Ana do Carmo apresentou Moção de Apoio ao PL 307/07, do Deputado Federal Luiz Couto, que tramita em regime de

urgência na Câmara Federal e que dispõe sobre o crime de extermínio de seres humanos. “O País tem assistido a um verdadeiro extermínio de líderes camponeses. Foram quatro mortes, em apenas duas semanas no Pará, de trabalhadores que lutavam contra o latifúndio, a destruição da floresta amazônica e em favor da justiça no campo.

Segundo a Pastoral da Terra, mil e quinhentas pessoas foram mortas desde 1985, e 125 estão ameaçadas de mortes. “Nós não podemos tolerar essa escalada da violência no campo”, afirma a deputada.

Ana do Carmo lembra que essa é uma realidade para qual a sociedade brasileira tem fechado os olhos e que o número de vítimas já atingiu níveis alarmantes, como mostram os levantamentos do Governo Federal

feitos no Pará. “Não se pode admitir que, como no do caso da Missionária Dorothy Stang, que morreu por defender camponeses sem-terra, 98% dos casos de assassinatos no campo fiquem impunes e 61% nem cheguem à Justiça.”

A deputada acredita que terá o apoio dos colegas parlamentares nessa luta pelo fim da onda de violência e impunidade no campo. “Não podemos esquecer que assim como Chico Mendes e Dorothy Stang, esses camponeses morreram lutando para melhorar a vida dos pequenos agricultores e tentando evitar que a floresta seja destruída.

Devemos exigir que os crimes de extermínio sejam punidos de forma contundente e exemplar. A aprovação do Projeto de Lei 307/07 trará mais justiça à sociedade brasileira.”



Claudécio José Eburneo (Torão) – Prefeito de Bofete

“Em nome da comunidade bofetense tenho a honra de ressaltar a importância do mandato da Deputada Ana do Carmo para o nosso município. Somos uma cidade pequena, mas isso não tira o esforço da deputada ao nos ajudar em tudo que é possível, principalmente com recursos para melhorar a qualidade de vida de quem mora aqui. Temos orgulho em ter Ana do Carmo como cidadã bofetense”.



Marcelo Afonso de Queiroz – Prefeito de Serra Azul

“Ana do Carmo tem força e coragem. É uma mulher de muitas lutas e conquistas. A nossa cidade só tem a agradecer o apoio e empenho da deputada em nos ajudar em nossas reivindicações. Conhecemos a dedicação e o trabalho que Ana desenvolve ao longo de toda sua trajetória política.”



Sandra Regina Selauzer de Andrade – Prefeita de Presidente Alves

“A mulher tem ganho destaque e espaço na vida pública brasileira. Hoje, temos uma presidenta. Temos Ana do Carmo que é uma representante importante das mulheres, que como eu, têm lutado por dias melhores e mais qualidade de vida para as pessoas. A nossa cidade tem o prazer de ter Ana do Carmo como uma amiga que tem nos apoiado e muito ao longo desse tempo.”



Júlio Antonio Mariano - Vereador de São Roque

“Apoiado pela Deputada Ana do Carmo, eu consegui com uma emenda parlamentar recursos para compra de equipamentos para a Santa Casa de Misericórdia da cidade. Quem conhece a Ana, de início, não imagina a capacidade de trabalho e generosidade que esta presente nesta mulher. Me considero privilegiado por fazer parte desta família”.

Lei da Batimetria - Pela qualidade e quantidade de água para abastecimento

Deputada defende em projeto de lei o uso de controle de assoreamento nos reservatórios paulistas

Preocupada com a qualidade e a quantidade de água dos reservatórios utilizados para abastecimento público, a deputada Ana do Carmo, apresentou Projeto de Lei que prevê um controle permanente da superfície submersa. A parlamentar lembra que “a população fica sempre insegura nos períodos em que chove pouco, pode faltar água. Com o mapeamento regular do fundo das represas o Estado saberá se há assoreamento, e se é necessário realizar obras”.

A proposta prevê que os órgãos estaduais de água, saneamento e meio ambiente desenvolvam o controle batimétrico, ou seja, “o mapa topográfico” do fundo dos reservatórios. “Com essa medida”, destaca Ana do Carmo, “é possível desenvolver políticas públicas para evitar o assoreamento causado por desmatamento ou ocupações irregulares e, assim, garantir a qualidade, o fornecimento regular de água, a capacidade de armazenamento das represas e ainda evitar enchentes e alagamentos”.

“Medidas como essa e a manutenção da cobertura vegetal, principalmente, da mata ciliar, que ladeia as represas, contribuem, e muito, para a preservação dos nossos reservatórios de água”, afirma a deputada, que acredita no apoio de todos os parlamentares. “Já aprovamos as Leis específicas da Guarapiranga e da Billings. A minha proposta é mais um mecanismo de proteção e todos queremos evitar enchente e a certeza de que teremos água com qualidade e suficiente para toda a população”.

O projeto da deputada Ana do Carmo foi elaborado a partir de uma dissertação de mestrado do Professor Daniel Ladeira Almeida, Geógrafo pela PUC de Campinas e Mestre em energia pela UFABC – Universidade Federal do ABC. Segundo a parlamentar, infelizmente esses materiais produzidos pelas universidades, na maioria das vezes, é arquivado. Por isso, é preciso aproveitar esse trabalho científico de suma importância e transformá-lo em projeto de lei.

Para o professor, o exemplo dado pela deputada deveria nortear o trabalho de todos os parlamentares, já que são produzidos com frequência conteúdos que podem ser aproveitados para o bem da população. “Agradeço a deputada Ana do Carmo pela iniciativa de apoiar o meu trabalho e valorizar as pesquisas científicas”.

AGORA É LEI: Governo vai exigir dos fornecedores um ambiente de trabalho decente e saudável

Sancionada, parcialmente, pelo governador Geraldo Alckmin, a lei da Deputada Ana do Carmo que garante que os poderes executivo, legislativo e o judiciário somente contratem empresas que são responsáveis com seus trabalhadores e trabalhadoras. A parlamentar propôs uma mudança na atual lei de licitações, contratos de obras, serviços, compras, alienações, concessões e locações firmados com os poderes.

“O governo vai ter que dar o exemplo e somente contratar empresas que cumpram as normas de trabalho decente estabelecidas pela OIT – Organização Internacional do Trabalho e pelo Ministério do Trabalho e Emprego”, afirma Ana do Carmo.

Ana do Carmo ressalta que o direito ao trabalho é uma condição de realização do Homem, previsto na Declaração Universal de Direitos Humanos e na Carta Magna brasileira, a chamada constituição cidadã de 1988. “Portanto, não é um direito

qualquer, mas um direito com dignidade constitucional e que deve obrigar o poder público a assegurar a efetiva realização dele”, afirma.

Segundo a deputada é inaceitável que o estado ou qualquer órgão público contrate empresas que não garantam aos seus funcionários, por exemplo: o registro em carteira, o vale-transporte, o depósito do FGTS, férias, décimo terceiro e outros direitos adquiridos.

Com a nova lei, diz a deputada, é possível inibir o trabalho infantil e escravo, ampliar o sistema de seguridade social, controlar o assédio moral e sexual e permitir a diversidade no trabalho - com garantias de igualdade de gênero e raça. “Além disso, ainda podemos esperar mais responsabilidade das empresas com a segurança e saúde dos trabalhadores”, destaca Ana ao afirmar que vai acompanhar de perto a regulamentação e a fiscalização da Lei 14.476, de 30/06/2011.



Em defesa da qualificação profissional

Falta de mão de obra qualificada é desafio

Promover debates e audiências públicas com representantes dos governos estadual, federal, municipais, universidades, escolas técnicas, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais para discutir políticas públicas e estratégias para enfrentar o problema da falta de qualificação profissional no estado de São Paulo – este é o objetivo da Frente Parlamentar em Defesa da Qualificação Profissional coordenada pela deputada Ana do Carmo e criada em parceria com os deputados do PT Carlos Grana e Luiz Claudio Marcolino.

“Precisamos de união entre todos os envolvidos para garantir que as vagas criadas no Estado de São Paulo sejam preenchidas por trabalhadores preparados para atender as empresas que aqui se instalam”, destaca Ana do Carmo ao afirmar que qualificação profissional precisa ser vista como estratégia para o desenvolvimento social e econômico.

A Frente Parlamentar quer mostrar que o alto índice de crescimento econômico que assistimos hoje precisa ser acompanhado por ações que garantam melhor qualidade do ensino médio, mais recursos financeiros para a qualificação profissional e uma formação técnica e cidadã.

“O Estado de São Paulo é líder na produção nacional e precisa também encabeçar esse processo de qualificação do trabalhador”, garante Ana do Carmo, que vai reforçar essa discussão na Frente Parlamentar em Defesa da Qualificação Profissional.

Alcatrazes: Patrimônio da Humanidade

Criação do Parque e o desenvolvimento da região

Ana do Carmo quer garantia de inclusão dos pescadores

Com a apresentação do projeto de lei, no Congresso Nacional, que quer transformar a Estação Ecológica Tupinambás (ESEC) no Parque Nacional Marinho Arquipélago Alcatrazes iniciou-se um debate importante: qual o futuro dos trabalhadores que vivem da pesca na região?

O projeto original do governo não previa a inclusão do Setor II da Estação Ecológica, que engloba o Arquipélago da Ilha Anchieta que abrange entre suas ilhas: as de Cabras e a de Palmas, em Ubatuba, que são fontes do desenvolvimento econômico da região com a pesca artesanal e o turismo.

Representantes dos pescadores pediram a ajuda da deputada Ana do Carmo para intermediar essa discussão com o governo federal.

“É essencial ouvir um setor que é tão importante porque significa fonte de renda de milhares de famílias. Não podemos pensar na criação de um Parque se esquecendo das pessoas”, defendeu a deputada ao afirmar que já existem muitos impedimentos ambientais para a pesca em Ubatuba, que são respeitados pelos pescadores, e que o projeto aprovado como está, colocará em risco a sobrevivência dessas famílias, inviabilizando a pesca na região.

O primeiro passo foi dado para a democratização do processo de criação do Parque Nacional de Alcatrazes com a ajuda da deputada Ana do Carmo e com o apoio do deputado federal Carlinhos Almeida: entidades do setor pesqueiro conseguiram ser ouvidas em suas reivindicações e entregaram a representantes do governo federal, em uma reunião realizada em Ubatuba, um documento com as propostas de mudança do projeto original.

“Não somos contra a criação do Parque Nacional de Alcatrazes. Só queremos que nos garantam condições de trabalho”, disse Maurici Romeu da Silva, Presidente da Colônia de Pescadores Z-10 “Ministro Fernando Costa”, da cidade de Ubatuba, que representa 2.284 pescadores artesanais. Segundo ele, algumas das propostas são: “Manter o Setor II da forma que está pela proximidade com o continente e pelos impactos das atividades econômicas e sociais de Ubatuba; criar um corredor de pesca entre o continente e o Arquipélago de Alcatrazes; mais fiscalização e gestão com a criação do Parque e que sejam realizadas pesquisas que tragam benefícios para a região.”

“Com o apoio da deputada Ana do Carmo e do deputado federal Carlinhos Almeida, esperamos que sejam realizados outros debates sobre o projeto e que a proposta original seja alterada com as sugestões dos pescadores”, disse Maurici que acredita que o Parque Nacional poderá ser bom para todos, basta a participação dos envolvidos.

“Abraçamos essa luta porque acreditamos que a criação do Parque Nacional Marinho do Arquipélago dos Alcatrazes pode ser boa para todos, desde que se apresente a comunidade um projeto novo que garanta a subsistência dessas famílias que dependem da pesca”, finalizou Ana do Carmo.

Pela criação da Lei da Qualificação

Formação de jovens é prioridade para a deputada Ana do Carmo

Os recursos do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador - do Governo federal devem ser aplicados de acordo com os índices de desemprego feitos por órgãos oficiais de estatística e pesquisa com o objetivo de gerar empregos aos jovens, adultos com mais de 40 anos, mulheres, população afrodescendente e egressos do sistema prisional.

O projeto de lei da deputada Ana do Carmo apresentado na Assembleia Legislativa estabelece percentuais diferenciados para cada um dos grupos sociais para fins de capacitação profissional e tem como foco principal os jovens entre 16 e 24 anos de idade.

A proposta ainda estabelece regras para a implantação dos cursos. É preciso que essa avaliação siga critérios técnicos e informações econômicas oficiais adotadas pelo governo estadual. Com isso, os cursos vão formar pessoal para atender as necessidades do mercado e garantir trabalhadores qualificados para o setor produtivo de cada município.

“Queremos criar a Lei da Qualificação com critérios e estabelecendo normas para aplicação dos recursos do FAT que serão, de acordo com o projeto, administrados por um conselho formado por representantes das entidades sindicais, patronais e do Poder Executivo”, finaliza.



Arquipélago de Alcatrazes

Esec Tupinambás: com uma área aproximada de 2.445 hectares é composta por conjuntos de ilhas, ilhotas, lajes e parciais litorâneos. O primeiro conjunto, em São Sebastião, a cerca de 34 quilômetros da costa, compreende parte do Arquipélago dos Alcatrazes. O segundo está localizado em Ubatuba e inclui a Ilha das Palmas, Ilhote e Laje do Forno, situados a leste da Ilha Anchieta, e Ilhota das Cabras, situada a nordeste da Ilha Anchieta. O entorno das ilhas, numa extensão de um quilômetro a partir da rebentação das águas nos rochedos e praias, também integra a estação.

Abriga o maior ninhal de aves marinhas da região Sudeste, especialmente de tesourões, atobás e trinta-réis. Foram identificadas áreas de Mata Atlântica e espécies endêmicas, como a jararaca e a perereca de alcatrazes e a rainha-do-abismo, vegetação típica de rochedo.

Além disso, a região abriga diversas espécies marinhas, como a tartaruga cabeçuda, tartaruga verde, tartaruga marinha e tartaruga-de-pente. Lima cita ainda a enguia-de-jardim, uma espécie de peixe cuja única ocorrência registrada é na Ilha dos Alcatrazes, e 150 espécies de recifais já estudadas.

Fonte: Agência Estado

FALE CONOSCO

GABINETE

Av. Pedro Álvares Cabral, 201
Ibirapuera - São Paulo - SP
Fone: 3886-6553 / 3884-4915

ESCRITÓRIO POLÍTICO

R. José Bonifácio, 809 - Centro
S. B. do Campo - SP - F.4338-6580
www.anadocarmo.com.br
anadocarmopt@uol.com.br

Jornalistas responsáveis: Ana Cavalcanti MTB. 27.820 e Regina Meireles MTB. 39.300
Direção de Arte / Diagramação: Thiago Pirinelli
Fotos: Marcos Mendes e arquivo pessoal

